

Argentina pode seguir exemplo do Brasil

Governo busca acordo e estuda prioridades

Aylé Salassi

O governo vai iniciar a partir desta semana uma intensa atividade política e diplomática, envolvendo importantes negociações: duas na área econômica — uma externa e outra interna — e outras duas, internamente, na área política.

Na área econômica serão reiniciados os entendimentos com os credores externos, visando a renegociação global — e não parcial — da dívida externa brasileira, sob condições fixadas pelo Brasil, e não mais pelos bancos estrangeiros, nossos credores.

Pretende também o governo dar as cartas numa negociação ampla com o setor empresarial brasileiro para fixação de um política de prioridade de investimentos, capaz de manter as taxas de crescimento econômico num patamar suficientemente dinâmico para sustentar a expansão da produção e da oferta de emprego.

O poder de barganha governamental está nos recolhimentos fiscais instituídos na segunda metade do ano passado, que rapidamente vêm consolidando a posição de caixa do novo Fundo Nacional do Desenvolvimento (FND). No período de um ano, contado a partir de agosto de 1986, o Fundo teria uma disponibilidade de recursos da ordem de Cr\$ 120 bilhões para investimentos em projetos e obras básicas de sustentação da política de

Viagem depende de contatos

José Coury Neto

Obter dinheiro novo ou conseguir junto aos bancos credores internacionais a redução do pagamento dos juros externos ao seu percentual real. Estas são as duas alternativas a serem conduzidas pelo governo brasileiro durante a renegociação da dívida externa. A viagem do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, a Washington, provavelmente no Carnaval, está agora condicionada aos contatos que já estão sendo mantidos e às repercuções a nível internacional sobre a suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida.

Com a perspectiva de fechar o ano com um saldo comercial de US\$ 8 bilhões, o Brasil precisaria ainda de US\$ 4 a US\$ 5 bilhões para honrar seus compromissos que deverão atingir a US\$ 13 bilhões. A reivindicação brasileira de redução do spread (taxa de risco) — atualmente de 1.125% — para zero, terá como principal argumento as mesmas conquistas obtidas pelo México, que possui condições econômicas piores que as do

crescimento. A esse montante devem ser acrescidos mais Cr\$ 70 a 80 bilhões do orçamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Esses recursos beneficiariam o setor siderúrgico, nas suas várias etapas, com Cr\$ 30 bilhões; o elétrico, com mais Cr\$ 30 bilhões; o agrícola (que terá recursos da ordem de Cr\$ 180 bilhões para custeio da próxima safra), com mais Cr\$ 20 bilhões; e cerca de Cr\$ 6,5 bilhões para um programa de construção de armazéns e silos nas áreas estratégicas da produção. Haverá uma disponibilidade mensal de recursos, fluindo do governo, da ordem de, no mínimo, Cr\$ 5 bilhões mensais, somente para investimentos novos, a custos relativamente favoráveis.

Esse volume de investimentos governamentais deverá puxar contrapartidas do setor industrial e agrícola para a consolidação de determinados segmentos produtivos estimulando não apenas aplicações novas da área privada, mas também atraindo inversões externas, que poderão vir até mesmo sob a forma de transformação em investimento, saldos da dívida dos credores externos, a partir de agora depositados em cruzados no Banco Central.

Serão, portanto, duas negociações exaustivas, das quais o governo espera, entretanto, respostas rápidas para evitar que o país caia numa recessão.



Nálio Rodrigues

O governador eleito da Bahia diz que Brasil ganhará tempo

Tática para ganhar tempo e renegociar

Salvador — O governador eleito da Bahia, Waldir Pires, afirmou que a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa por um período de 90 dias é, na verdade, uma tática do governo brasileiro para ganhar tempo e negociar. "Estes 90 dias vão servir para que o governo converse com os credores. O importante é fazê-los entender que o Brasil não vai sacrificar sua economia e seu povo para pagar a dívida", disse.

Waldir Pires acusou os países ricos de espoliar os países pobres lembrando, como exemplo, que em 1986 houve uma queda das taxas de juros no mercado internacional, mas logo os países ricos trataram de esgotar a capacidade dos pobres promovendo a baixa dos preços dos

seus produtos no mercado internacional. Segundo o governador, por esse motivo os países pobres já tiveram um prejuízo da ordem de US\$ 50 bilhões no intercâmbio comercial.

O deputado federal Fernando Santana (PCB-BA) aplaudiu a medida adotada pelo governo brasileiro (de suspensão do pagamento dos juros da dívida exterior do país, de 103 bilhões de dólares, Petricoli disse que o México foi forçado a adotar uma decisão semelhante em 1982, quando quase ficou sem reservas de divisas.

"Esta é uma cláusula perfeitamente válida, negociada, aceita nos convênios financeiros de reestruturação", disse ontem à noite Petricoli numa reunião de corretoras de valores. O texto do discurso foi distribuído posteriormente.

Bankeiros se preocupam

Presidente José Sarney, numa reunião com os ministros Dilson Funaro, João Sayad, e os generais Ivan de Souza Mendes (SNI) e Bayma Dennys, do Gabinete Militar, determinaram como limite crítico das reservas, US\$ 4 bilhões. Ficou, então, acertado que, ao se atingir este limite, o governo, imediatamente, declararia uma moratória unilateral da dívida externa.

Saldo comercial — Contra esta situação havia apenas duas possibilidades: a primeira, a de que o superávit da balança comercial voltasse a se recuperar, atingindo novamente o auspicioso US\$ 1,2 bilhão ao mês. A segunda, a de que o país conseguisse obter dinheiro novo no mercado internacional.

O tempo foi passando e, apesar dos esforços, o país não conseguiu obter nenhuma das duas condições. O saldo comercial caiu mais e mais, até chegar nos US\$ 1,2 milhão em janeiro.

Nova Iorque — As sérias dificuldades do Brasil para pagar os juros de sua dívida externa internacionalizaram os banqueiros e reavivaram a preocupação sobre o endividamento do Terceiro Mundo.

O Brasil, com a maior dívida externa dos países em desenvolvimento, atingindo a 103 bilhões de dólares, é um padrão acerca do progresso dos esforços por enfrentar o problema da dívida. A situação melhorou nos últimos anos, porém se considera que a solução está ainda distante. O Banco Mundial informou sexta-feira que calculava que este ano aumentaria ligeiramente a dívida dos países em desenvolvimento a um trilhão e 80 bilhões de dólares.

O Brasil, que há quatro anos deixou de reembolsar o capital de sua dívida e

qual o Brasil, ele sinalizou que será dada prioridade ao crescimento econômico, em detrimento dos pagamentos de vencimentos da dívida externa.

— Se nos propõem disparates, lhes responderemos com disparates — disparou, energicamente, Mário Broderdohn.

Dos demais países da América Latina chegaram notícias de boas repercussões à atitude brasileira de suspensão do pagamento da dívida. Tanto é que o chanceler uruguai, Enrique Iglesias (secretário "pro tempore" do Consenso de Cartagena) revelou que "este foro está às ordens do Brasil" para deliberar sobre a situação surgida. Adiantou que o Brasil não solicitou uma reunião do Consenso, mas ressaltou que "a solidariedade da América Latina não faltará". Adiantou que sanções, neste caso, seriam "um erro descomunal, tanto político quanto econômico". E não acredita na hipótese.

México: cláusula é válida

México — O secretário de Fazenda do México, Gustavo Petricoli, disse que a determinação do Brasil de não pagar temporariamente os juros de sua dívida externa é válida dentro dos atuais acordos financeiros.

Depois que o presidente do Brasil, José Sarney, declarou uma suspensão por tempo indeterminado dos pagamentos de juros da dívida exterior do país, de 103 bilhões de dólares, Petricoli disse que o México foi forçado a adotar uma decisão semelhante em 1982, quando quase ficou sem reservas de divisas.

"Esta é uma cláusula perfeitamente válida, negociada, aceita nos convênios financeiros de reestruturação", disse ontem à noite Petricoli numa reunião de corretoras de valores. O texto do discurso foi distribuído posteriormente.

Bankeiros se preocupam

somente pagava juros, se encontra em uma situação econômica de difícil saída. Seu superávit comercial começou a diminuir em fins do ano passado, como resultado do programa governamental anti-inflacionário.

No mês passado, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, afirmou que seu país não podia pagar os juros da dívida externa, que se elevam a 12 bilhões de dólares anuais. Grandes bancos norte-americanos, como o Citybank e o Chase Manhattan, são credores de cerca da quarta parte da dívida brasileira.

O presidente José Sarney anunciou sexta-feira à noite que seria suspenso por tempo indefinido o pagamento dos juros da dívida. Disse que a decisão foi tomada por "razões de soberania e segurança nacional".